

CONTEXTO HISTÓRICO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL E SUA APLICABILIDADE NOS DIAS ATUAIS.

Rizzardo Roderico pessoa Queiroz de Rodrigues Góis (1); Rudan Lobo Cavalcante de Carvalho (2)

(1 – Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte (IFRN); 2 – Universidade Grendal do Brasil (Unigrendal))

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma revisão de literatura sobre o tema Contexto do Ensino da Língua Portuguesa no Brasil e sua aplicabilidade nos dias atuais, e revelar os traços interdisciplinares que paralelamente podem ser envolvidos no ensino de Língua portuguesa, que através do conteúdo abrangente melhora a eficiência da prática de ensino e permite um melhor aproveitamento por parte dos alunos. A língua por ser um instrumento de comunicação que por excelência é um modo de ser e um modo de estar, faz com que assuma um papel de relevância na dimensão política e econômica de um povo. Os procedimentos de pesquisa seguiram a revisão do tipo narrativa, que pretende buscar no escopo no largo arcabouço teórico existente alicerce para responder a premissa deste trabalho. O problema que esta pesquisa tenta responder se encontra assim levantado: O ensino de Língua portuguesa em uma perspectiva interdisciplinar e mais eficiente para a aprendizagem dos educandos? Fazendo uso do largo arcabouço teórico existente se pretende extrair elementos metodológicos que possam guiar este trabalho a um resultado proveitoso aos olhares holísticos dos amantes da Educação.

Palavras chaves: língua, educação, interdisciplinar, perspectiva, ensino.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, objetivamos mostrar o contexto pedagógico do ensino de Língua Portuguesa no âmbito escolar, através da análise dos pressupostos teóricos de vários estudiosos, dentre os estudos mais relevantes realizados sobre o assunto, que contribuirão para um arcabouço teórico relevante. Alguns críticos discutem as motivações ideológicas e propulsoras do estabelecimento de metas para o ensino de Língua Portuguesa, nos diversos momentos históricos. Contudo, questões de natureza essencialmente empírica continuam a preencher nosso imaginário sobre o que seria ensinar Língua Portuguesa nos dias atuais.

As práticas de leitura, escrita, e aspectos gramaticais desenvolvidas continuam muito próximas daquelas preconizadas nos primórdios da ciência linguística. Isso mostra que a incorporação das concepções de Língua ao ato de ensinar, caracteriza-se por uma lentidão notável, que é visível através das dificuldades apresentadas pelos acadêmicos nos âmbitos das universidades. A Língua é a base para a formação de todos estudantes, independente da sua área de atuação, o que torna imprescindível que o ensino de línguas seja executado da forma mais eficiente, uma vez que irá desenvolver habilidades essenciais como a escrita e a leitura independentemente do idioma, contribuindo para o desempenho profissional dos educandos.

É necessário se criar uma reflexão sobre uma política de ensino de língua que pressupõe uma concepção clara sobre o modo de ser do objeto em estudo, ou seja, reconhecer a língua em toda sua multiplicidade. A natureza heterogênea e multifacetada da língua tem relação com a concepção de homem como ser social, que se articula em uma estrutura complexa da sociedade, estando associado a fatores ideológicos, políticos, econômicos e culturais.

Este trabalho está estruturado em duas seções, sendo que a primeira seção apresenta o contexto histórico do ensino da língua portuguesa no Brasil, a segunda aborda as concepções de linguagem e a sua aplicabilidade, e no final uma conclusão com base na análise do que foi exposto. Levando-se em conta as constatações supramencionadas este trabalho se justifica pela necessidade de estudos que possam guiar a formação dos educandos, além de identificar as dificuldades apresentadas pelos professores referentes ao ensino de língua portuguesa, apontar alternativas para verificar o desempenho dos alunos, e contribuir para a ampliação das reflexões acerca da política de ensino de língua portuguesa no âmbito da educação escolar.

A pesquisa será do tipo exploratória, pois partindo de uma maior familiaridade com o tema pesquisado, será respondida a hipótese levantada. Através da sondagem, com vistas a aprimorar ideias, descobrir intuições e, posteriormente, construir hipóteses para contrapor a pergunta levantada. Por se tratar de uma pesquisa com uma certa especificidade, podemos afirmar que ela assume a forma de um estudo de caso, sempre em consonância com outras fontes que darão base ao assunto abordado, como é o caso da pesquisa bibliográfica e das entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

O objetivo Geral deste trabalho é mostrar os benefícios da abordagem interdisciplinar no ensino de língua portuguesa no contexto atual da Educação, através da discussão de conceitos de cada momento histórico da Educação, e avaliação de perspectivas para ampliar nossas noções sobre como trabalhar a língua portuguesa em sala de aula. Especificamente este trabalho irá investigar o contexto histórico no

Ensino de línguas no Brasil; analisar a ergonomia na interação Interdisciplinar no ensino de língua portuguesa no Brasil; e revelar os benefícios da abordagem Interdisciplinar no ensino da Língua.

1. Contexto histórico do ensino da língua Portuguesa no Brasil

Nesta primeira parte será mostrado o trajeto histórico do ensino do Português no Brasil, falando desde sua imposição aos índios por parte dos Jesuítas, reforma pombalina, governo Vargas, e período da ditadura militar no Brasil. O professor francês Teyssier (1959), ao tratar do problema da periodicidade, assim se expressa:

É possível determinar, na história da Língua Portuguesa do século XIV até aos dias atuais, períodos que permitam esclarecer-lhes satisfatoriamente a evolução? Não é fácil a resposta. Alguns estudiosos distinguem na evolução do Língua Portuguesa dois grandes períodos: o “arcaico”, que vai até Camões (século XVI), e o “moderno”, que começa com ele. Outros baseiam a sua periodização nas divisões tradicionais da história – Idade Média, Renascimento, Tempos Modernos -, ou nas “escolas literárias, ou simplesmente nos séculos... Trata-se, em verdade, de um problema muito complexo. Contentar-nos-emos em isolar, na evolução histórica, vários eixos que permitam ordenar, esclarecer e melhor compreender os fenômenos linguísticos (TEYSSIER, 1959, p. 35-36).

O primeiro marco da educação institucional no Brasil conforme aponta Ghiraldelli (2001), só veio a ocorrer quase cinquenta anos após o Descobrimento. Pois o Brasil ficou sob o regime de Capitânias Hereditárias de 1532 até 1549, quando então Dom João III criou o Governo Geral, e foi durante o governo de Tomé de Souza, primeiro governador Geral, que aportaram aqui o Padre Manoel de Nóbrega e outros dois jesuítas que iniciaram a instrução e a catequese dos indígenas.

Após a chegada dos portugueses ao território brasileiro, a população começou a sofrer forte influência nas relações sociais principalmente no que diz respeito ao modo de vida e à educação, que eram completamente diferentes do outro lado do Atlântico. A única forma de organização que existia naquela terra era a indígena, com suas Línguas e culturas próprias. Em relação à funcionalidade da educação implantada pelos padres jesuítas no Brasil, temos a desconexão que existia entre o ensino e sua prática, pois a educação era arcaica, uma pedagogia autoritária, monopolista no ensino, forjada pela Companhia de Jesus que de acordo com Rodrigues (1983) a Coroa a buscou meios de impor a Língua



Portuguesa nos seus domínios americanos. Além das línguas indígenas, nesta época também vigoravam idiomas africanos, amplamente falados pelos escravos e seus descendentes.

As línguas africanas Apesar de não terem sido tão intensamente utilizadas como as línguas gerais indígenas, significavam empecilhos ao projeto de exclusividade da utilização da Língua Portuguesa. O autor Domingues (2002), indaga que a perspectiva de impor aos índios a utilização da Língua Portuguesa, tinha um objetivo bem claro de torna-los submissos iguais aos demais colonos. A coroa entendia que isto era necessário naquele momento, pois haviam sido intensificados os conflitos territoriais entre Portugal e Espanha, e o Rei de Portugal acreditava que possuir um contingente populacional que fosse suficiente para habitar as suas fronteiras, resolveria seus problemas.

Apesar da mão de obra para o ensino ser formada pelos jesuítas, teve início o que podemos chamar de primórdios do ensino público, um ensino mantido pelo Estado e voltado para o cidadão como membro de uma sociedade, que se articulava ao Estado, e não mais um ensino atrelado a uma ordem religiosa que, de fato como denunciou Pombal estava exercendo supremacia sobre o Estado.

Com o advento da reforma Pombalina o ensino da Língua Portuguesa foi declarado obrigatório em Portugal e no Brasil. Esta reforma manteve o estudo da gramática, mas com a criação do colégio Pedro II foi no Rio de Janeiro em 1837, o ensino de Língua Portuguesa passou a ser incluído nas disciplinas de Retórica e Poética, e as três se fundiram em uma única disciplina denominada Língua Portuguesa.

Quase 40 anos depois, no ano de 1871 foi criado o cargo de Professor de Língua Portuguesa, e assim aparecendo um referencial didático quanto ao ensino oficial de nossa Língua materna. Estas questões passam pelo histórico do reconhecimento da disciplina que através dos tempos se fizemos uma pequena retrospectiva, veremos que o ensino de Língua Portuguesa no início da colonização do Brasil era restrito a alfabetização e, quando muito, conforme aponta Soares (1998) servia para "*o estudo da gramática da Língua Latina, da retórica e da poética*".

De acordo com Marcushi (2000), a história do ensino de Língua Portuguesa no Brasil acabou por deixar uma herança fundada principalmente na gramática tradicional, pois as práticas escolares com a língua previam apenas atividades gramaticais que meramente imitassem a escrita dos escritores e filósofos que eram considerados intelectuais. Nas palavras de Silva (s/d), a Língua Portuguesa, disciplina integrante nos currículos das escolas no Brasil acabou demorando muito a ser integrada, pois foi apenas nas últimas décadas do século XIX que a mesma passou a ser incorporada no ensino das escolas e no início dos anos 30 do século XX, que foi iniciado o processo de formação para professor desta disciplina.

Na década de trinta, o Brasil continuou se industrializando, e se urbanizando, mas por outro lado, apresentava certas dificuldades econômicas que advinham em virtude do crescimento populacional. Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório estava atento a tal situação e veio a público em 3 de novembro de 1930 com um plano que apresentava dezessete pontos para a reconstrução nacional e dava ênfase sobre a educação em seu organograma. Segundo o documento de 1932, a nova filosofia da educação buscava adaptar a escola à modernidade.

Foi a partir desse período que se deu início a difusão intensiva do ensino público principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e com a colaboração direta junto aos Estados. Um outro momento fundamental foi quando Getúlio Vargas designou uma comissão para a elaboração do anteprojeto de Constituição, a ser apresentado pelo “Governo Provisório” à Assembleia Nacional Constituinte, que deveria ser eleita em 3 de maio de 1933. Os ideais nacionalistas de Getúlio Vargas, que prometia o desenvolvimento industrial no Brasil, eram norteados na tese de que o Estado deveria responsabilizar-se em maior grau diante da necessidade de distribuição de educação para as “classes populares”. De acordo com Ghiraldelli (1990, p. 130):

O próprio Getúlio, em 1940, havia afirmado que a ascensão das massas aos bens da civilização material deve ser acompanhada de uma elevação correspondente de seu nível de educação, pois disso dependem o equilíbrio e a harmonia de sua integração social.

A primeira lei de diretrizes e bases da educação brasileira (LDB 4024/61) surgiu em meio ao declínio do movimento da escola nova, a partir dos anos 30, e reforma dos anos 60 sendo a última reforma de várias que ocorreram e meio a este período de 30 anos. Essa lei possibilitou que fossem retomados os debates e a busca de argumentos que defendessem a necessidade da democratização da educação básica. Essa lei descaracterizou seus princípios democráticos e promoveu diretrizes pertinentes às novas características ideológicas do poder instituído.

Mesmo com esse rumo os apelos para a democratização do processo de educação, mesmo que por diferentes caminhos, continuam permeando a educação básica no Brasil. Essa democracia prega e defende uma igualdade nas interações raciais e étnicas. Assim, de acordo com França (2008), desde a república velha em 1889 até os dias atuais, a educação ainda está se moldando, pois, momentos oscilantes marcaram e ainda marcam a educação Brasileira. Os nossos governantes apenas há poucas épocas, perceberam que a educação é uma ferramenta imprescindível para a formação de uma sociedade justa e capaz de responder às mudanças que ocorrem no mundo globalizado.

2. Concepções de linguagem e a sua aplicabilidade

A linguagem em uma observação geral está presente em toda nossa vida, isso nos leva a refletir sobre as diferentes concepções que nortearam e norteiam a educação brasileira. Quando pensamos, ainda, no trabalho com a Língua Portuguesa, além da própria concepção de ensino e aprendizagem, a concepção de linguagem é de suma importância, pois seu reflexo está presente em outros conceitos relacionados à educação, como, por exemplo, gramática, sujeito, texto e sentido, leitura, produção textual, oralidade, variedade linguística, norma, entre outros, isso tudo torna a aplicabilidade da língua um dos principais norteadores do trabalho docente. Posto a vista que o objeto de trabalho e estudo dessa disciplina é justamente a linguagem, em suas mais variadas possibilidades de manifestação.

Apesar da discursão das concepções de linguagem e os conceitos subjacentes a tais concepções, sejam constantemente abordados por diversos outros trabalhos, é importante as observações em tela, pois o principal objetivo, neste texto, é apresentar uma síntese de conceitos relacionados às concepções de linguagem, a fim de ilustrar nossas discussões, considerando que o tema envolve todo o trabalho com a linguagem e afeta diretamente, as possibilidades e os resultados dos processos de ensino e de aprendizagem de língua. A (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabeleceu, nas últimas quatro décadas, as competências para o ensino da Língua Portuguesa nas escolas brasileiras. Cada lei desse período de acordo com o contexto que envolvia a concepção de linguagem, dava os encaminhamentos principais para a formalização das Diretrizes. Assim as concepções teóricas e metodológicas de cada documento estão diretamente relacionadas às tendências pedagógicas e correntes linguísticas, as quais embasam o estudo e o trabalho com a linguagem do período em que vigoraram.

Para tratar especificamente das concepções de linguagem foi necessário, primeiramente, oferecer uma contextualização da história do ensino de Língua Portuguesa no Brasil. Acreditamos ser relevante essa abordagem porque esse contexto histórico está diretamente relacionado às correntes linguísticas e sua identificação contribui para compreender as mudanças em relação às concepções de língua e linguagem, que são os objetos de estudo e trabalho da disciplina de Língua Portuguesa.

De acordo com Pereira (2006), no período de alguns anos, as diversas concepções sobre o conceito de língua se apresentaram no centro de diversas análises, e acabaram se transformando em objeto de pesquisa. Podemos destacar dentre estas discussões a relação entre língua e cultura, que até hoje se configura num tema polêmico de discussão, pois alguns linguistas, ora concebem a língua como causa ora como efeito da cultura. Este embate nos provoca uma reflexão e estimula a certa aproximação das diversas concepções de língua, e das diversas influências que essas concepções têm exercido no ensino da língua portuguesa nas escolas.

Segundo Saussure (1970), a língua é um conjunto que engloba todas as regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, que juntas determinam as relações sintáticas necessárias para a produção dos significados. Portanto, a língua é um sistema que pode ser considerado como abstrato e a fala a realização concreta da língua, sendo circunstanciada e possuindo variações.

A linguagem é um sistema mais complexo e envolve tanto a parte verbal como a não verbal. A língua é uma parte essencial da linguagem, que ao mesmo tempo pode ser considerado um produto social do que alguns chamam faculdade da linguagem. O processo de ensino e aprendizagem de língua materna, que no nosso caso é a Língua Portuguesa, nas últimas décadas tem sido uma questão bastante discutida pelos educadores, das diversas possibilidades de conduta que o professor pode seguir em sala de aula com base nas distintas concepções de linguagem existentes.

De acordo com Silva [s.d.] apesar de percebermos que cada concepção de linguagem surgiu em um determinado momento histórico, com objetivo de suprir às necessidades de cada época, hoje no início do século XXI, levando em conta o contexto histórico, político-social em que vivemos, ainda existem professores que a concebem enquanto expressão do pensamento ou como instrumento de comunicação.

A concepção de linguagem como expressão do pensamento de acordo com Perfeito [s.d.], foi um princípio sustentado pela tradição gramatical grega, passando pelos latinos, pela Idade Média e pela Idade Moderna, e que teoricamente só rompida no início do século XX, de forma efetiva, por Saussure (1969). Este autor enfatiza que a expressão é produzida no interior da mente dos indivíduos. E da capacidade de o homem organizar a lógica do pensamento dependerá a exteriorização do mesmo (do pensamento), por meio de linguagem articulada e organizada. Assim, a linguagem é considerada a “tradução” do pensamento. A concepção que fundamenta os estudos tradicionais de língua parte da hipótese de que a natureza da linguagem é racional, por entender os homens pensarem conforme regras universais.

De acordo com Wojciechowski [s.d.] o primeiro objetivo a ser alcançado com o ensino de Língua Portuguesa é desenvolver a competência comunicativa dos praticantes da língua. Praticantes são os que interpretam a língua: ouvintes e leitores, e os que produzem a língua: falantes e escritores. A competência comunicativa é saber adequar a língua às diferentes situações de comunicação, esta competência implica outras duas: a gramatical, também chamada de linguística, e a textual.

Caso o professor tenha como foco os dois primeiros objetivos citados, é possível trabalhar de forma a integrá-los, porém, o professor que almejar somente o primeiro objetivo pode errar por não se deter no ensino da variante padrão de nossa língua, que é uma prática politicamente inaceitável. Por séculos acreditava-se que ensinar Língua Portuguesa era simplesmente fazer com que os alunos

decorassem uma listagem de regras Gramaticais. Isso ocorria da seguinte forma: as classes gramaticais e as regras ortográficas, eram expostas ao estudante de maneira desvinculada da realidade cotidiana do uso da língua. Tinha-se a linguagem como expressão do pensamento.

Esta concepção era interpretada como um ato monológico, pois a expressão se constrói no interior da mente, portanto, o modo como o texto se constitui não depende em nada do contexto em que se insere. A língua é concebida como um simples sistema de normas, acabado, fechado, abstrato e sem interferência social. Foi no contexto histórico do governo militar no Brasil, que o ensino de Língua Portuguesa deixou de ser concebido como expressão do pensamento, e passou então a ser regido pela teoria da comunicação, é quando a linguagem começa a ser percebida como instrumento de comunicação.

Ao falar da linguagem como instrumento de comunicação iniciamos com a linguagem verbal que é uma habilidade inata no ser humano, o que nos define como espécie, está na base da construção do grupo humano, é a ferramenta com que executamos a interação com os membros de nossa espécie; é, também, a capacidade com que nos construímos como indivíduos, o instrumento que organiza nossos pensamentos.

Saussure (1969), atribui à organização interna da língua (a *Langue*) o nome de *estrutura*. Devido a empréstimos da teoria da Comunicação, a dicotomia saussureana acaba sendo analisada, a posteriori, em termos de código-mensagem, com simplificação excessiva da comunicação linguística à função informativa. A linguagem se caracteriza enquanto instrumento de comunicação, ou seja, a língua é vista como um código ou conjunto de signos que se combinam e são capazes de transmitir uma mensagem de um emissor para um receptor. Nesse processo, a linguagem é concebida como um fato externo à consciência individual e independente dela. Para essa concepção, o falante tem em sua mente uma mensagem a transmitir a um ouvinte, isto é, informações que deseja levar ao outro.

Essencialmente a linguagem como instrumento de comunicação é vista, historicamente como um código, capaz de transmitir uma mensagem de um emissor a um receptor. Jakobson (1973) considera outros fatores que interferem no ato de comunicação como funções constitutivas no ato de comunicação verbal: a mensagem, o canal e o código. O referido autor classifica as funções, de acordo com o fator que se destaca no ato de comunicação.

A linguagem como forma de interação de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2005, p. 20) “*significa entendê-la como um trabalho coletivo, portanto em sua natureza sócio-histórica [...] que se realiza nas práticas sociais existentes, nos distintos momentos da história*”. Nesse contexto, linguagem é o local das relações sociais em que falantes atuam como sujeitos. O diálogo, assim, de forma ampla, é tomado como caracterizador da linguagem.



De acordo Lyons (1979), a língua pode ser considerada uma instituição pela qual os humanos se comunicam e interagem uns com os outros por meio de símbolos arbitrários oral auditivos habitualmente utilizados. Faz-se necessário mencionar que existem variações no contexto sociocultural em que os indivíduos vivem. As variações entre contextos são marcadas pelos diferentes modelos de uso da linguagem que o meio social pode oferecer. Estes modelos são apresentados segundo os modos de vida e os tipos de interações típicas do meio social dos indivíduos. Borges e Salomão (2003, p. 334), *“por fim, todos esses aspectos são enfatizados pela teoria da interação social, que busca romper o dualismo natureza versus ambiente que prevaleceu por tanto tempo nas explicações sobre a aquisição da linguagem”*.

Os pressupostos dessa teoria contribuem para uma análise do conhecimento acerca do contexto sociocultural em que o indivíduo está inserido, permitindo uma articulação deste com as características individuais do adulto e da criança, orientado por um modelo bidirecional, através do qual se evidenciam a reciprocidade e a adaptação mútua entre o adulto e a criança. Assim, nessa perspectiva, a linguagem é concebida como forma ou processo de interação, em que o indivíduo não somente traduz e exterioriza o pensamento, mas realiza ações e interage com o interlocutor. Estas interações não ocorrem de forma preestabelecida, mas de diversas formas, onde o uso da língua é instrumentalizado, seja em uma aula de linguística aplicada ou de Geometria analítica. Daí a importância da interdisciplinaridade no ensino da língua portuguesa.

A Interdisciplinaridade pode ser definida como a utilização de conteúdos de outras disciplinas do currículo escolar para se ensinar uma língua e é uma aliada dessa abordagem ergológica idealizada por Yves Schwartz. Widdowson (1978) é apontado como o primeiro proponente dessa tendência de abordagem. Na atualidade são muitos os linguistas aplicados que, desenvolvem, complementam, e expandem as ideias iniciais de interdisciplinaridade desse autor, realizando projetos nessa área. Dentre estes podemos destacar Mohan (1986). Portanto, podemos inferir que para estes autores a aprendizagem não se processa simplesmente através da linguagem, mas com a linguagem, (Marland, 1977, apud Mohan. 1986). *“Pensando assim, não se pode alcançar tal objetivo se a aprendizagem da língua e a aprendizagem de conteúdos de outras disciplinas são totalmente separadas e as operações não relacionadas”*.

Realizando um paralelo entre meados do século XIX e o século XX, percebemos que muita coisa mudou, pois, o ensino de línguas passou a ter uma observação holística e passou a envolver outras áreas do saber deixando de ser unidisciplinar para ganhar funcionalidade e envolver outras disciplinas. Surgiu um novo rumo e foram criados novos conceitos, dicotomias, e nomenclaturas para definir a capacidade do

indivíduo de utilizar a linguagem, pois, a gama de gêneros que envolvem o uso da língua passou a requerer letramento por parte do indivíduo, que para fazer seu uso não necessariamente deve ser alfabetizado, mas ter a capacidade de utilizar a língua nos diversos meios sociais.

Assim, entro na parte final deste trabalho, que traz a ideia chave do uso da interdisciplinaridade para ensinar a língua Portuguesa e ajudar no processo de letramento dos alunos. Nosso país vem reduzindo a quantidade de pessoas analfabetas, mas a funcionalidade destes que são aferidos como meros índices para obtenção de dados ainda deixa muito a desejar, quem de nós nunca presenciou cidadãos com ensino médio completo, ou quiçá cursando ensino superior, e demonstrando dificuldades esdrúxulas de leitura e cognição? Este é nosso país...

Um país que as concepções são paradoxais e o ensino é um instrumento político de manutenção do baixo nível cultural da população, que meramente sabe escrever o próprio nome e somar com ajuda de uma calculadora, um país que estudante concluem ensino médio com médias altas em Química, Física e que não sabem o que é um átomo de carbono ou o nome do mais renomado físico da história, um país que as vagas de mestrado e doutorado se dividem aos colaboradores entre os cafés da tarde nas universidades públicas. Nos anos 70 muitos filósofos e autores renomados reiteraram em suas teorias o valor de um processo de ensino e aprendizagem ergonômico, porém, as aulas ainda são focadas em conteúdos ligados a regras e contextos unidisciplinares. Entretanto, os professores são mais qualificados, e é possível encontrar portadores de título de Doutorado como docentes no ensino médio, algo antes raro.

CONCLUSÃO

A linguagem faz parte faz parte das relações humanas e em suas diferentes formas de manifestação revela traços políticos e ideológicos, e na sala de aula em todos os níveis é possível perceber as opções teóricas e metodológicas dos professores. Portanto, não apenas o conhecimento, mas a prática dos postulados teóricos possibilita transitar entre estas metodologias, aproveitando a relação ensino língua as contribuições que sejam relevantes e significativas de cada concepção. O professor não mais trabalha com meros exercícios estruturais, mas utilizará diferentes atividades que sejam adequadas aos objetivos, e circunstâncias, pois, já aprendemos que se aprende por práticas que sejam significativas.

Com objetivo de contribuir para a prática docente foi apresentado um contexto histórico do ensino de línguas no Brasil, concepção de linguagem e a síntese de alguns conceitos sobre interdisciplinaridade, foi compartilhado a opinião que as atividades relacionadas a esta discussão são impossíveis de se esgotarem em um trabalho como este, mas acredito que possa constituir um elemento de reflexão das práticas educativas atuais, pois contém de uma maneira simples a ilustração das opções teóricas e metodológicas do ensino de língua portuguesa no Brasil.



Por fim, a problemática desta pesquisa pode ser respondida com um sim, pois de fato o ensino não só da Língua Portuguesa, mas das Línguas estrangeiras tem novas perspectivas e vem sendo trabalhado com interação interdisciplinar pelos seus Docentes, e em programas institucionais de Instituições Públicas como o PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência) o contato linguístico que os bolsistas levam a seus alunos ocorrem mediante oficinas de gêneros textuais que envolvem o conhecimento interdisciplinar de outras matérias como história e Geografia para dinamizar a prática educativa.

Referências:

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- AZEVEDO, F. e outros. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Maio/ago. 1984.
- BARROS, Aidil J. da S.; LEHFELD, Neide Aparecida de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BORGES, Lucivanda Cavalcante; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. **Aquisição da Linguagem: Considerações da Perspectiva da Interação Social**. Paraíba. 2003.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa: terceiro e quarto ciclos**. Brasília: MEC/SEF, 2005.
- DURANTI, Alessandro. **Linguistic anthropology**. Cambridge: CPU, 2008.
- GERALDI, J. (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.
- GHIRALDELLI, Paulo Jr. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. 6ª ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
- LYONS, J. **Introdução a linguística teórica**. Trad. Rosa Virgínia Matos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional EDUSP, 1979.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **O papel da lingüística no ensino de Línguas**. Recife: UFPE, (in mimeo). 2000.
- MARLAND, M. **Language Acord, the Curriculum**. Loudon: Heinemann, 1977.



MOHAN, B.A. **Relating Language Teaching and Content Teaching.** Tesol: Quarterly. 13/2, 1979.

PEREIRA, R.S. **A Disciplina Língua Portuguesa nos Trilhos da Lei, na Prática dos Livros Didáticos e na Memória de Alunos e Professores em Campo Grande. (1960- 1980).** (Trabalho apresentado no VI Congresso Luso Brasileiro de Historia da Educação. Eixo 6 - Cultura, Modelos Pedagógicos e Práticas Educativas. Uberlândia, MG. Abril/2006).

PERFEITO, Alba Maria. **Concepções de linguagem e análise lingüística: diagnóstico para propostas de intervenção.** Paraná. [s.d.].

POSSENTI, S. **Porque (não) Ensinar Gramática na escola.** Campinas, SP: ALB: Mercado de Letras, 1996.

RICHTERICH, R. **A Model for the Definition of language Needs of Adults Learning a Modern Language.** Strasbourg: Council of Europe.

RODRIGUES, José Honório. **A vitória da Língua Portuguesa no Brasil colonial, Humanidades.** vol. 1, n. 4. Brasília, 1983, P. 29 e segs.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral.** Trad. de A. Chelini; J.P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1969. P.32.

SILVA, Ione Batista da. **Reflexões Sobre o Ensino da Gramática.** Barcelona-RN. [s.d.].

TEYSSIER, Paul. **La langue de Gil Vicente.** Paris: Klincksieck, 1959.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de Gramática no 1º e 2º graus.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WIDDOWSON, H.G. **Teaching Language as Communication.** University Oxford, 1978.

WOJCIECHOWSKI, Thaís. **Ensino de Língua Portuguesa: Objetivos e Concepções de Língua Guiando a Prática Docente.**

Disponível em: <<http://media.dropr.com/pdf/06QAiaTJgTANK0TSzB9Z5xzKB68cwWsa.pdf>>.

Acesso em: 12/09/2017.